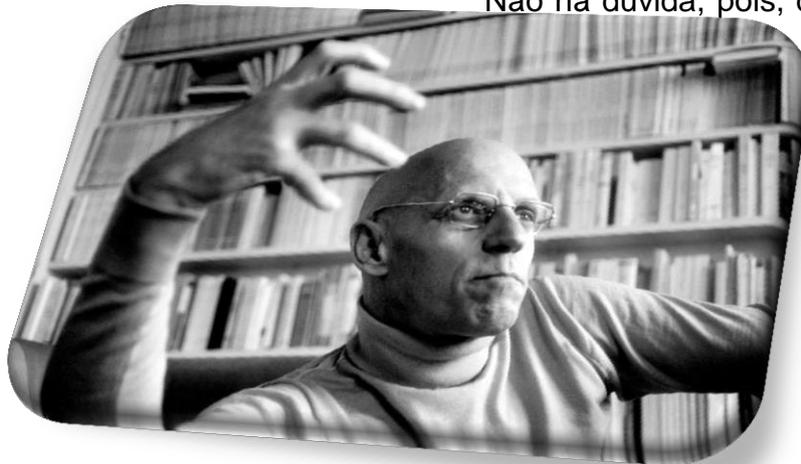


O DRAMA DA LINGUAGEM E A CONTRIBUIÇÃO FILOSÓFICA DE MICHEL FOUCAULT PARA A ANÁLISE DO DISCURSO

Professora Ana Paula Barbosa¹

A linguagem é parte constituinte do homem. É através dela que o ser humano constrói conceitos, concepções de mundo, a própria realidade. A linguagem é o lugar da realidade e, de certo modo, a cria. A realidade se dá colada a uma discursividade capaz de com-preender e se apropriar do mundo.



Michel Foucault 1926-1884. Foto Wordpress

Não há dúvida, pois, de que a linguagem possui e exerce poder, produz e altera significações. O discurso não é só a interação de falantes que se comunicam entre si. Um discurso é a capacidade explícita de pensar, é a possibilidade de empreender uma ação e de se apropriar de um sentido para o real.

O papel da linguagem não é simples. Sua tarefa não é só dizer o mundo, expressar ideias. A discursividade linguística exige compromisso e responsabilidade. A produção do discurso exige a construção da realidade, apreensão do significado dos objetos que constituem o mundo. A linguagem surge da necessidade de organizar o caos da multiplicidade do real. A linguagem, o discurso é por si só instrumento articulador da realidade. Por isso, mais importante que dizer, é preciso saber o que se diz e por que se diz. E mais, por que **isso** é dito e não outra coisa. O que possibilitou que isso fosse dito? Tais questões não podem ser pensadas e nem respondidas se não houver responsabilidade pelo discurso, compromisso com o papel articulador e de construção do real que tem a linguagem. Um compromisso que envolve uma situação de diálogo, porque a tarefa de apreender significados é uma

¹ Formada pela Universidade Federal do Paraná, Bacharel e Licenciada em Filosofia, com pós graduação em Filosofia e Psicanálise (UFPR), Psicopedagogia (PUCPr) e Arte, Educação e Terapia (São Braz). Professora concursada da Rede Estadual de Ensino do Paraná.

tarefa que exige abertura ao mundo e ao outro com os quais se estabelece relações de comunicação, interação discursiva, troca de ideias e concepções. Mas que também envolve uma situação de conflito, um drama. “Não se pode falar em qualquer época de qualquer coisa; não é fácil dizer qualquer coisa que seja nova” (FOUCAULT, M., 1969. p. 61).

O drama da linguagem consiste em três obstáculos que o ator do drama, o falante, em cada ato de fala, em cada discurso a ser proferido, tem que vencer:

- a) Ter o que dizer (que podemos entender também como a dificuldade de dizer algo novo);
- b) Querer dizer;
- c) Poder dizer.

Marcos Bagno (2000, pp. 307-9) esclarece cada um desses obstáculos, o conceito e as características de cada ato do drama da linguagem. Um obstáculo ou ato do drama é sempre mais difícil de ser superado que o anterior, o que já nos antecipa uma conclusão evidente: falar é uma conquista. Cada elaboração ou mobilização do conhecimento de mundo demanda uma nova discursividade que compreenda a realidade, uma posição diante do real.

ter o que dizer é mobilizar todo o conhecimento de mundo, articular esse conhecimento de mundo com as próprias crenças pessoais, os próprios conceitos e preconceitos, herdados ou adquiridos, e elaborar, ainda que de modo rudimentar, uma *tese*, isto é, traduzindo do grego, uma ‘posição’, ou no mínimo uma *hipo-tese*, isto é, uma ‘su-posição.’ (BAGNO, M., 2000, p. 307)

Transposto esse obstáculo, custoso e dramático, porque ter realmente o que dizer exige uma visada sempre nova e uma apreensão autônoma do mundo, temos o segundo ato do drama linguístico. Quando se tem o que dizer, inevitavelmente se deseja fazer algo com isso que se tem a dizer. É o querer dizer, é desejar expressar o seu próprio discurso, “é reconhecer-se digno do dom da palavra, do direito à palavra, é acreditar que o que *eu tenho a dizer* pode modificar o mundo, as pessoas neste mundo, mudar a marcha da vida, alterar o curso da história” (BAGNO, M. , 2000, pp. 307-8). Daí a responsabilidade e compromisso que deve haver na produção discursiva.

Desse ato para o ato seguinte há uma enorme barreira, pois muitos silenciam o seu discurso. A maioria das pessoas sabe que tem o que dizer, mas, submetida a um tipo de recalque, produzido por sistemas de controle do

discurso que limitam e oprimem as palavras deixando entrever mesmo um preconceito em relação a discursos e posições contrárias, haja vista que o discurso é já uma tomada de posição expressa linguisticamente, cala-se persuadida “de que o que tem a dizer não vale a pena” (BAGNO, M. , 2000, p. 308). Convencidas de que devem se calar porque não merecem que seu discurso seja ouvido, essas pessoas chegam até de um certo modo a reprimir seu desejo de dizer e não conseguem falar.

E chegamos ao terceiro ato: o poder dizer. Muitos querem dizer, mas não podem. Como afirma Bagno (2000, p. 308):

de nada vale eu *ter* o que dizer, de nada vale eu *querer* dizer se eu não *posso* dizer. Quantas vezes cada ser humano já não se viu nessa frustrante condição de não *poder* dizer, muito embora *querendo* e *tendo* o que dizer? (...) Quantas são as pessoas que realmente *podem* dizer, que têm direito à palavra?”

Há duas passagens de Foucault citadas por Bagno (2000, pp. 308-9) que merecem destaque como contribuição do filósofo ao problema principalmente do poder dizer, pois entendemos que tal é o mais grave e crucial obstáculo do drama linguístico a ser vencido. Por isso, cremos ser relevante e salutar transcrevê-las aqui:

Tudo se passa como se interdições, supressões, fronteiras e limites tivessem sido dispostos de modo a dominar, ao menos em parte, a grande proliferação do discurso. De modo a que sua riqueza fosse aliviada de sua parte mais perigosa e que sua desordem fosse organizada segundo figuras que esquivassem o mais incontrolável; tudo se passa como se tivessem querido apagar até as marcas de sua irrupção nos jogos do pensamento e da língua. Há, sem dúvida, em nossa sociedade e, imagino, em todas as outras, mas segundo um perfil e facetas diferentes, uma profunda logofobia, uma espécie de temor surdo desses acontecimentos, dessa massa de coisas ditas, do surgir de todos esses enunciados, de tudo o que possa haver aí de violento, de descontínuo, de combativo, de desordem, também, e de perigoso, desse grande zumbido incessante e desordenado do discurso. (FOUCAULT, M. , 2000, p. 50)

A segunda citação demonstra de maneira bastante clara que há mecanismos sociais, de controle e repressão do discurso, mecanismos também de exclusão à medida que excluem determinados discursos, e com os discursos os falantes e as ideias desses falantes, afinal não podemos esquecer que a linguagem é também constituinte do homem e da realidade. É, como diz Heidegger, a morada do ser, o lugar onde todas as coisas estão, onde está o homem. E

onde está o homem estão seus pensamentos, concepções, decisões, atitudes e ações. Eis a citação:

Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de *exclusão*. O mais evidente, o mais familiar também, é a *interdição*. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar. (FOUCAULT, M. , 2000, p. 9)

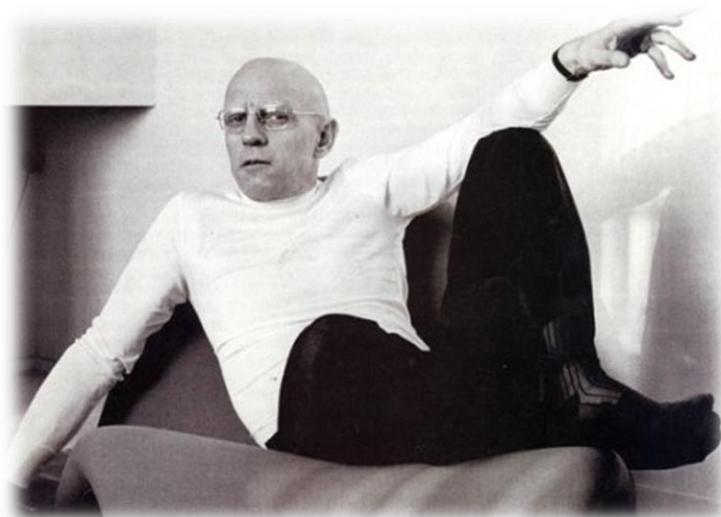


Foto: Wordpress

Fiquemos um pouco mais com Foucault na intenção de analisarmos o que ele tem a nos dizer sobre a relação entre o discurso e o poder, o poder dizer esse discurso².

Essa relação entre poder e discurso vai desde uma necessidade ontológica de dizer até a institucionalização limitadora da discursividade. Como escreve Foucault (2000, p. 6) em dois momentos de *A Ordem do Discurso*: "(...) é preciso continuar, é preciso pronunciar palavras enquanto as há, é preciso dizê-las até que elas me encontrem, até que me digam", até que minha necessidade natural de dizer coisas expresse o que eu mesmo sou, até eu estar envolvido por e em cada palavra pronunciada e, assim, exercer completamente a capacidade de construir minha própria história, sem estar total e pacificamente construído pelo que os outros querem dizer da minha história, de mim mesmo, do fenômeno da realidade. No entanto, há pessoas, e muitas, que preferem não se deixar envolver pelo discurso, escolhem deliberadamente por isso; desejam não falar, não ter de começar a dizer e correr o risco impingido pela palavra dita. Preferem, conforme diz Foucault

²

A análise de Foucault se volta às condições que tornam o discurso possível ou o impossibilitam.

(2000, p. 6), “se encontrar, logo de entrada, do outro lado do discurso, sem ter de considerar do exterior o que ele poderia ter de singular, de terrível, talvez de maléfico”. Pessoas que preferem se submeter a um discurso já de antemão estabelecido, pronunciado, ritualizado, (im)posto pela instituição, seja qual for sua feição (política, social, cultural, escolar). Pessoas que escolhem não ter que assumir qualquer compromisso ou responsabilidade pela palavra dita, não ter que se encontrarem a si mesmas no seu discurso; pessoas que pensam, desejam e dizem:

Eu não queria ter de entrar nesta ordem arriscada do discurso; não queria ter de me haver com o que tem de categórico e decisivo; gostaria que fosse ao meu redor como uma transparência calma, profunda, indefinidamente aberta, em que os outros respondessem à minha expectativa, e de onde as verdades se elevassem, uma a uma; eu não teria senão de me deixar levar, nela e por ela, como um destroço feliz”. E a instituição responde: “Você não tem por que temer começar; **estamos todos aí para lhe mostrar** que o discurso está na ordem das leis; que há muito tempo **se cuida** de sua aparição; que **lhe foi preparado** um lugar que o honra mas o desarma; e que, **se lhe ocorre ter algum poder, é de nós, só de nós, que ele lhe advém.** (FOUCAULT, M. , 2000, p. 7. Grifos nossos)

Essas citações nos chamam atenção para o perigo presente em cada discurso. Perigo que precisa ser controlado por institucionalizações que organizem e selecionem desde a própria produção do discurso. Não se pode deixar proliferarem de modo arbitrário discursos autônomos. É nessa discursividade autônoma, discursividade que expressa um livre pensamento, que designa mesmo a autonomia do pensar onde reside o perigo da palavra. Torna-se, então, urgente que uma instituição “com competência” para isso – a escola (e o que haveria de melhor para esse “serviço?”), um sistema político, uma manifestação cultural de massa – crie mecanismos e procedimentos “que têm por função conjurar seus poderes e perigos (do discurso), dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, M. , 2000, p. 9). Mecanismos de exclusão porque excluem a autonomia, tolhem o desejo de falar, oprimem o que há talvez de mais caro ao homem – sua liberdade de expressão, sua liberdade de ação, uma vez que compreendemos que falar é uma forma de agir.

O discurso é um acontecimento. E como acontecimento, evento que se dá no mundo, diríamos até, sem receio de nos enganar, que um evento que se dá

conjuntamente com o mundo, a discursividade é prática. Prática que supera de longe o aspecto simplesmente linguístico:

Não a podemos confundir com a operação expressiva pela qual um indivíduo formula uma idéia, um desejo, uma imagem; nem com a atividade racional que pode ser acionada num sistema de inferência; nem com a 'competência' de um sujeito falante quando constrói frases gramaticais; é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, numa dada época, e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa. (FOUCAULT, M. , 1969, pp. 147-8)

Fazer uso da palavra é também fazer uso do poder, poder de modificar situações, de influenciar pessoas, de conceber a realidade, de tomar decisões, de transformar o mundo. E tais usos não são movimentos linguísticos, muito menos movimentos ingênuos ou sem conseqüências. Não é à toa que Foucault chama o discurso de objeto do desejo:

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso (...) não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar. (FOUCAULT, M. , 2000, p. 10)

Estas linhas dizem por si só o drama da linguagem. Os dramáticos querer e poder dizer mantêm estreitas ligações entre si. Não se pode dizer se não se quiser dizer. No entanto, simultaneamente, se não se puder dizer o desejo de falar será reprimido. O drama linguístico pode ser resumido exatamente nessa luta entre o querer dizer e o poder dizer. Mas, a discursividade e seu drama não só é uma luta, é também objeto de nossa luta, objeto “do qual nos queremos apoderar”, quer dizer, como já havíamos antecipado, o discurso é uma conquista da qual não queremos nem devemos abrir mão. O ser humano luta pelo direito à palavra porque falar lhe é natural, e mais, falar é definir a própria existência. A discursividade é ela mesma condição de existência – condição de existência de uma história, de uma sociedade, de concepções; condição de existência da realidade e do próprio homem.

O papel da escola e do professor e a tarefa do fazer filosófico Na superação do drama linguístico

Discutimos bastante sobre o poder dizer e sua relação com o querer dizer. Mas antes de atingir esses momentos do drama da linguagem, o sujeito precisa ter o que dizer. Para ter o que dizer ele precisa se dispor a ver compreender e se apropriar da realidade sempre uma nova maneira, isto é, sempre visando o mundo com novos olhos, descobrindo-o a cada nova visada, articulando e constituindo um novo sentido para o real a cada vez que o apreende em seu discurso. Afinal, é através da discursividade que o homem vê, compreende e se apropria do mundo. Só então, após cada nova visada, ou seja, cada nova descoberta do mundo, o indivíduo terá vontade de expressar seu discurso. Uma nova descoberta – ter o que dizer – é um desejo renovado – querer dizer o que se tem para dizer, o que se descobriu; e um desejo renovado é o primeiro passo para se efetivar o discurso – para poder dizer. O segundo passo é romper com exatamente aquilo que embaça a nova visada sobre o mundo, que impossibilita uma nova descoberta, romper com o discurso já dado, ritualizado, institucional.

Tanto a escola quanto o professor têm um papel extremamente importante nesse processo discursivo, ou melhor, na prática discursiva, incluindo reconhecer todos os seus aspectos e implicações, sejam linguísticos, históricos, sociais, políticos, ideológicos ou institucionais. E para desempenhar esse papel é preciso que a prática pedagógica não se reduza ao ensino gramatical da língua, mas se abra à linguagem como um todo, isto é, que dê vez à dramática linguística, ao problema do ter o que dizer, do querer dizer e do poder dizer. Dê vez, enfim, ao problema discursivo.

Para escola e professor começarem a tratar da problemática discursiva com mais atenção é preciso, primeiro, abandonar conceitos antiquados como o da existência de uma língua exemplar, dada como padrão de referência do bem falar. Depois, reconhecer que todo discurso é legítimo e válido por ser a expressão e a conquista de um indivíduo na sua apreensão do real; afinal, a legitimidade de um discurso não pode estar pautada em critérios arbitrariamente padronizados por instituições que têm por objetivo regular e controlar de algum modo a produção e a expressão do discurso. Com isso,

escola e professor terão cumprido seu papel: uma como o lugar no qual se pode pensar, produzir e dizer o discurso, lugar de abertura ao mundo, de redescobri-lo e reconstitui-lo pela apropriação compreendedora da reflexão e da discursividade; outro como aquele que oferece os meios para que o estudante supere os obstáculos da linguagem, meios para que ele redescubra e reconstitua a realidade através de seu pensar e de seu discurso. O professor não oferece a palavra, mas sim momentos e situações para que ela venha e possa ser (dita). Não é de praxe fazer citações nas considerações finais, mas vale a pena transcrever o que Marcos Bagno (2000, pp. 310-1) coloca como papel e prática do professor – e o coloca de modo excelente:

(...) que se leve nossos alunos a acreditar que eles *têm o que dizer*, que é lícito, legítimo e justo que *queiram* dizer, e que é importante e essencial para eles conquistar o *poder dizer*. (...)

E nisso está o papel de professor, de liberador da palavra, (...) aquele que vai “montar”, “encenar”, “pôr em cena”, “colocar em ato” o drama da linguagem. Somos nós, professores, que podemos e devemos oferecer, revelar, mostrar os recursos que permitem ao nosso aluno poder dizer o que ele quer dizer. Mostrar ao aluno que ele *já sabe a língua*, torná-lo consciente de seu próprio conhecimento linguístico, combater sua auto aversão linguística. Somos nós que devemos *educar*, no sentido etimológico desse verbo, que é “trazer para fora”, *ex-ducare*, fazer a pessoa *ex-por*, *ex-ibir*, *ex-ternar*, *extra-vasar*, *ex-primir* seu conhecimento prévio (...).

Temos diante de nós o velho e bom método socrático: “extraí das almas o que trazem em si (...)”³. E o que trazem em si é a capacidade e a competência linguísticas; capacidade competência e desejo de ver, compreender e se apropriar do mundo discursivamente. Lembrarmos de Sócrates nesse instante é providencial porque a filosofia tem muito a nos dizer sobre a problemática discursiva, muito a contribuir como atividade que se faz a partir da crise, e nós podemos entendê-la como o drama da linguagem, e ao mesmo tempo como atividade que possibilita a superação dos obstáculos do drama linguístico, conquista do discurso autônomo.

A Filosofia, e conseqüentemente o fazer filosófico, surge como necessidade humana vital que se manifesta na própria constituição do homem. Ora, já vimos que a linguagem é parte constitutiva do homem e, como tal, é uma necessidade humana o expressar-se linguisticamente. A linguagem abre um novo panorama de realidade. Através dela, desculpe e permita-nos se nos

repetimos, des-cobre-se um horizonte de significados e conceitos que nomeiam, descrevem, explicam, fundamentam e caracterizam modos de comportamento, desejos, concepções, visadas, enfim, a própria realidade. A linguagem permite expressarmos nossa própria humanidade.

O homem é o articulador do sentido do real (e que precisa dar sentido à realidade uma vez que o real só se dá na compreensão de realidade). O homem diz a realidade, e nesse horizonte da discursividade, nesse dizer, constitui a si mesmo enquanto pura expressão da realidade e articula o sentido do real para compreendê-lo. A necessidade de compreensão do real é própria do homem, é a necessidade de sentido, a necessidade de organizar o caos da multiplicidade do real, necessidade que faz surgir a linguagem.

Fazer filosofia é também fazer discurso; um discurso que se caracteriza por ser livre, advindo de um pensamento igualmente livre. A filosofia é um modo de se pensar livremente e, ao mesmo tempo, se apresenta como conhecimento que se precisa sistemático e categórico para não sucumbir às opiniões ou se fundamentar numa escolha arbitrária, numa opção subjetiva de apreensão e concepção do real. O mesmo deve proceder com o discurso que se pretenda compreensão e articulação da realidade. Fazer uso da palavra não é uma opção do sujeito, é uma necessidade. O discurso não pode ser uma escolha arbitrária de palavras, mas deve estar alicerçado na responsabilidade pelo que se diz. Ter algo a dizer não é apropriar-se do real impunemente, de modo subjetivista e opiniático. Não é o sujeito ou suas opiniões que fazem o real ser real, mas é a realidade que se mostra tal como é ao olhar do homem para que então, e só então, ele possa articulá-la em seu discurso.

E a realidade se renova a cada instante. É por isso que a toda visada se descobre algo novo e algo novo tem para ser dito. A filosofia é a necessidade de deixar que a realidade se renove, ela não se dá pronta, ela vem a ser na **discursividade compreendedora** do homem.

Compreender exige antes conhecer. O fazer filosófico se constitui pela necessidade de conhecer desde onde as coisas vêm a ser, o movimento de gênese da realidade. O filósofo quer acompanhar a gênese das coisas, por isso está sempre superando a tradição conceitual, a tradição herdada da qual não participou da gênese. O filósofo não pronuncia um discurso dado, institucionalizado. Ao contrário, seu discurso é sempre novo e renovado porque

ele vê a realidade com um novo e renovado olhar. O que a filosofia tem a dizer é incessantemente novo. Fazer filosofia é nunca deixar de ter algo a dizer, superando o primeiro obstáculo do drama da linguagem.

O fazer filosófico se renova com a palavra, com a linguagem e o discurso. A discursividade filosófica – por excelência discursos que procuram sucessivamente alcançar a totalidade do real, a unidade da multiplicidade do real – é necessária e se renova a cada século por causa da falta de homogeneidade do mundo. Daí os filósofos aparecerem em tempos de cisão ou ruptura – tempos em que se encerra uma época e se inicia outra, tempos de crise. O discurso padronizado, considerado talvez o único legítimo, é superado por um novo recorte do real, uma nova perspectiva. A realidade é, então, reconstituída em seu sentido.

O que marca a ruptura entre uma época e outra inaugura uma discursividade nova, e o real é o que se mostra na discursividade e é por ela sustentado – a realidade só é na medida em que está sendo na discursividade. Desse modo, o primeiro passo para com-preender a realidade é nomeá-la. Quando se experimenta a repressão do que se tem a dizer, o aniquilamento do desejo de dizer, o não poder dizer, experimenta-se a ruína da discursividade que sustenta o mundo, experimenta-se a desmundanização do mundo, a angústia, o nada. Eis a crise, o drama da discursividade.

O discurso da Filosofia é a saída da crise, a instauração do novo sentido da realidade e a superação do discurso regulado, selecionado e controlado pela instância dominante e excludente. O discurso filosófico é o caminhar para o fim, para uma de-cisão. De-cisão que consiste em acabar com a divisão entre discurso legítimo e discurso ilegítimo, uma vez que um exclui o sujeito falante do outro. Todo discurso ou produção discursiva é legítima desde que seja uma apropriação responsável e sensata do real e no sentido em que todo indivíduo tem direito à palavra. O fazer filosófico nega uma única perspectiva de mundo, nega, então, a perspectiva de que só há legitimidade discursiva se o discurso seguir os procedimentos institucionalizados de controle e seleção da palavra. A de-cisão a que estamos nos referindo pode ser entendida, pois, como a ruptura com a institucionalização supostamente legitimadora e factualmente repressora da palavra. A discursividade filosófica é, portanto, um caminhar para a saída do drama linguístico. Romper com a institucionalização discursiva, com um modo

de produzir discurso determinado por padrões questionáveis de legitimidade é restituir o vigor do desejo de dizer o que se tem a dizer e, simultaneamente, é poder dizer o que se tem a dizer, superando os outros dois obstáculos do drama da linguagem.

Mas para haver superação dos obstáculos é preciso autonomia do discurso e da sua produção. A grande contribuição da filosofia à problemática do discurso é o fato de que através da atividade filosófica conquistamos uma perspectiva própria e autônoma das coisas⁴.

O fazer filosófico é o tempo da autonomia, no qual “eu” assumo e respondo pela realidade com o “meu” próprio discurso, porque participo autonomamente do surgimento, da gênese, do princípio da realidade. É o tempo de apropriação da realidade – distanciar-se, “olhá-la de cima”, perdê-la para apropriar-se dela de modo autônomo, co-nascer com ela através da própria discursividade, com o próprio olho, a própria visada sobre o mundo.

Fazer filosofia é produzir discursivamente um novo sentido à realidade, reapropriando-se, pois, de um novo sentido, um novo modo de dizer o mundo. A atitude discursiva do filósofo é a autonomia, a apropriação da realidade e sua formulação.

Fazer Filosofia é interpretar o discurso onde se constrói e se sustenta a realidade, inclusive se esse discurso for o institucionalizado, de modo a criar uma discursividade nova, ter algo mais a dizer, com uma capacidade expressiva própria, com uma força discursiva inédita e viva. A tarefa da Filosofia é conter – compreender - a pluralidade do real, de modo sistemático, categórico, conceitual e discursivo⁵. Não para que a discursividade filosófica seja uma ponte entre os homens e as coisas. A realidade não é captada, não está em algum lugar pronta para ser descoberta. A Filosofia não supõe a realidade⁶, mas a põe, como o autor põe sua obra de arte, cria o inédito. A Filosofia põe a realidade sob uma nova discursividade, reestrutura a realidade, pergunta pelo princípio. Princípio é o que já está se dando a todo momento e pode ser renovado a cada nova discursividade. O surgimento da Filosofia põe

⁴ O que não significa subjetiva, mas sim reflexiva e questionadora. E tanto a reflexão quanto o questionamento são atividades que só se podem efetivar com autonomia, individualmente.

⁵ A Filosofia se faz pela linguagem.

⁶ Fazer Filosofia não é fazer conjecturas sobre a realidade, não é presumi-la como que a captá-la.

ao homem o **inevitável dever de compreender e dizer a realidade**, apropriando-se de seu princípio a todo momento e reestruturando-o a cada nova palavra, linguagem e discurso. Em outras palavras, a Filosofia exige que o homem cumpra com o dever que o constitui como homem – **que se ponha diante da realidade, torne-a própria e a renove pela linguagem**. A filosofia é o caminho, ou no mínimo um caminho, para transpor tudo que limita, reprime ou exclui o discurso, sua produção e o sujeito do discurso porque ela exige que o homem, para cumprir seu dever constitutivo, supere os dramáticos obstáculos do ato discursivo, uma vez que só houve apropriação autônoma do real e, conseqüentemente, a sua renovação se houver algo a dizer, se o sujeito quiser dizer e puder dizer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, Marcos. Dramática da língua portuguesa. Tradição gramatical, mídia e exclusão social. Cap. 5: Gramática ou Dramática? Da sacração à execração. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

_____. L'Archéologie du Savoir. Paris: Gallimard, 1969.